



Reflexões a respeito da história cultural e a análise de documentos

Thoughts about the culture history and analysis of documents

Daiane Gaspareto da Silva
Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Federal do Pará

Eline Freire Monteiro

Secretaria de Saúde - Belém

Resumo

Ao considerar as temáticas da história cultural e da análise de documentos, é importante ressaltar as práticas que forjam modos de ser, de pensar e de agir, no presente, e como elas atualizam um campo de possibilidades de existências. O presente artigo pretende problematizar algumas práticas historicamente fabricadas que, todavia, não são causais deterministas, pois são correlatas e imanentes. No intuito de refletir sobre aspectos da contemporaneidade, foi utilizado um trabalho de análise baseada nas contribuições da teoria da história para a Psicologia Social. Para tanto, empregamos alguns conceitos de Michel Foucault, de Michel De Certeau, de Roger Chartier e de Nietzsche, no campo dos estudos históricos. Com base na análise, foi possível interrogar as práticas que forjam a relação entre história cultural e documentos, propor um olhar pautado na filosofia da diferença como posição ética, estética e política, a fim de colocar em xeque a dualidade cultura popular e cultura erudita, além de problematizar os efeitos racistas e de discriminação que essa divisão enseja.

Palavras-chave: Cultura popular e erudita; Contemporaneidade; História cultural; Relação saber-poder; Documentos

Abstract

When considering the themes of culture history and analysis of documents is important to highlight the practices that forge ways of being, thinking and acting in the present and how they update a field of possibilities. This article aims to discuss some practices that historically produced, however, are not causal determinists, they are related and immanent. In order to reflect on aspects of contemporary work based on contributions to the theory of social psychology history analysis were used. Therefore, we use some concepts of Michel Foucault, Michel de Certeau, Roger Chartier and Nietzsche, in the field of historical studies Based on the analysis, it was possible to question the practices that shape relationship between history culture and documents and propose a philosophy grounded in the ethical difference look like political position, aesthetics and to checkmate the duality popular culture and classical culture and also discuss the effects of discrimination and racism that this division entails.

Keywords: Popular Culture and Classical; Contemporary; Cultural History; Knowledge-Power Relationship; Documents

Introdução

Pretende-se, com este artigo, descrever e analisar brevemente as práticas culturais nas relações de proximidade com a história cultural e a problematização de documentos. Parte-se de Foucault, Chartier e De Certeau, para escrever este texto. Os estudos historiográficos da cultura iniciam-se com a análise dos usos do próprio termo “cultura” como objeto problemático e efeito de práticas e possibilitam deslocar conceitos, objetos, abordagens, problemas e ampliar o escopo dos documentos a serem analisados e, por fim, escrever a história nova cultural como dispositivo de resistência às práticas de desautorização de valores e normas denominadas de cultura popular versus uma suposta cultura erudita.

Até o século XVI, a palavra “cultura” era utilizada para denominar ações ou processos que se referiam a “ter cuidado com algo”, podendo servir tanto para animais quanto para a colheita e o cultivo da terra. A partir do final do século XIX, a objetivação de cultura passa por uma transformação, sendo definida como desenvolvimento das faculdades humanas, em comparação ao cuidado para o desenvolvimento agrícola. Nesse período, as obras de arte e as práticas envolvidas na construção das atividades artísticas passam a representar a própria cultura (Cucho, 2002).

As noções oriundas do pensamento iluminista francês evidenciam que cultura é um estado de espírito cultivado pela instrução, como um conjunto de saberes que foram acumulados e que são transmitidos pela humanidade, ao longo da história. Associado às ideias de evolução, progresso e educação, o termo cultura também estava intimamente relacionado com o de civilização, somente com a diferença de que cultura indicava o progresso individual e civilização referia-se ao progresso coletivo (Canedo, 2008).

É nesse contexto que se estabelece uma ruptura entre a visão de homem em seu estado natural (selvagem, irracional e sem cultura) e o homem civilizado, o qual adquire cultura através dos meios de instrução intelectual. Produziu-se o binarismo cultura versus natureza, e essa distinção resultou na criação do pensamento corrente o qual caracterizava indivíduos como detentores dos chamados saberes formais.

Esses indivíduos eram designados como aqueles que possuíam cultura. Provém daí igualmente a noção de que as comunidades tradicionais poderiam evoluir culturalmente, alcançando assim o estágio de progresso das nações civilizadas (Canedo, 2008).

A concepção francesa de cultura, entendida como característica do gênero humano de aquisição e transmissão de conhecimentos engendrou um conceito universalista de cultura. Enquanto isso, a noção de cultura, vista sob a ótica alemã, se referia especificamente ao conjunto das produções artísticas, intelectuais e morais de uma nação, considerada como patrimônio fundador de uma unidade nacional, o qual resultou no conceito particularista e nacionalista de cultura, alimentando racismos variados e totalitarismos de diferentes ordens. O desenvolvimento do sentido de cultura na trama de relações em tensão entre França e Alemanha marcou a emergência desse acontecimento, desdobrando-se em duas correntes de pensamento que estão na base dos estudos em Ciências Sociais (Cucho, 2002).

Contemporaneamente, destaca-se a importância de se dilatar o conceito de cultura, considerando-o como fruto da criação coletiva de símbolos, valores e ideias, os quais conformam os indivíduos e grupos de indivíduos como sujeitos culturais. Dessa maneira, atribui-se valor também ao patrimônio cultural imaterial, como as tradições orais, as formas de organização social tradicionais, as crenças e costumes da cultura popular que remontam à noção de mito fundador de cada comunidade. Nesse caso, em especial, a perspectiva de cultura como folclore foi apropriada politicamente para gerar consensos, sobretudo, em uma prática de integração nacional, na Doutrina de Segurança Nacional, nos períodos ditatoriais brasileiros (Chauí, 1995).

Nesse aspecto, a história tem produzido análises sobre extensa documentação a respeito das ditaduras e regimes autoritários, no Brasil, por exemplo, problematizando o uso da cultura como vetor de difusão do ideário totalitário como podemos acompanhar nos estudos realizados na Fundação Getúlio Vargas, nos últimos anos. Tais pesquisas vêm debatendo aspectos da cultura política ditatorial, descrevendo de que modo os valores do cotidiano eram usados para criar uma visão de

modernidade e de desenvolvimento do país (Gomes, 1996; Pandolfi, 1999).

Outro fator caro aos estudos culturais se relaciona às análises do consumo das produções e difusões culturais, de seus modos de circulação e apropriação. A criação, a distribuição e o consumo de bens e serviços que constituem o sistema de produção cultural tornaram-se elementos considerados estratégicos para o desenvolvimento das nações, visto que essas atividades colocaram em movimento uma cadeia produtiva em franca expansão, inclusive gerando emprego e renda. Ou seja, a cultura se transformou em um mercado instrumentalizado, no capitalismo atual, uma indústria que extrai mais-valia subjetiva dos modos de pensar, de agir e de sentir, conforme apontam Félix Guattari e Suely Rolnik (1996).

Historiadores, tais como Thompson, Le Goff, Foucault, Chartier, De Certeau, entre outros, passaram a analisar documentos, na história do presente, que traziam narrativas de práticas culturais, no movimento chamado de História Nova. Vários desses teóricos estudaram os acontecimentos, interrogando como a cultura foi apropriada historicamente enquanto uma prática relevante nos saberes das ciências sociais, na economia, na geografia, na psicologia, na educação, entre outras áreas e campos, o que aponta para a expansão dos estudos da cultura e da crítica à banalização dos mesmos, em especial, quando utilizados de modo tecnicista e na economia política (Burke, 1992/1997).

Além das atividades tradicionais (literatura, música, teatro, dança, artes visuais, arquitetura), outros setores que surgiram mais recentemente, como moda, *design*, *marketing* e propaganda, decoração, turismo, tecnologia, aparelhos e jogos eletrônicos, internet, entre outros na relação entre cultura e consumo originam-se dois processos que demandam atenção, no campo das Ciências Humanas e Sociais:

Na relação entre cultura e mercado, acontecem dois processos distintos: a mercantilização da cultura, quando as atividades culturais passam a ser concebidas visando à distribuição em massa e, conseqüentemente, a geração de lucro comercial; e a culturalização da mercadoria, que ocorre através da atribuição de valor simbólico a objetos do uso cotidiano. Até mesmo as características culturais de um determinado local ou povo podem ser transformados em bens vendáveis para o turismo ou como *lôcus* para a produção audiovisual (Canedo, 2008, p. 6).

Com relação ao binômio, cultura e consumo subjaz uma dicotomia relevante aos estudos culturais, qual seja a distinção entre cultura erudita e cultura popular. Roger Chartier argumenta que a separação radical entre produção (cultura erudita) e consumo (cultura popular) desvela uma concepção que atribui vida autossuficiente ao campo das ideias, independentemente de sua apropriação pelos grupos sociais. A atitude de tomar os produtos culturais, textos ou imagens, como se estes tivessem eles próprios um significado completo e independente da leitura que lhes é atribuída, seria o mesmo que conferir-lhes estatuto de categorias universais, a-históricas (Domingues, 2011).

Nesse sentido, a produção do conhecimento histórico refuta a interpretação acerca do cultural através de abordagens essencialistas, que dividem de forma rígida cultura erudita e popular. Essa polarização surgiu em meados do século XVIII, através do conceito de “folclore”, como “saber do povo”, demarcando as fronteiras entre as manifestações culturais das elites sociais e aquelas difundidas entre a maioria da população.

A partir do século XIX, os habitantes das zonas rurais e seus modos de viver se tornaram idealizados pela camada intelectual dos centros urbanos, suas práticas culturais foram retratadas como “puras” e “naturais”, o que deu origem à tentativa de se descobrir uma suposta cultura “primitiva” (Domingues, 2011).

Segundo as pesquisas sobre folclore, as manifestações culturais populares estavam destinadas ao desaparecimento, devido ao aumento do contato com as influências destrutivas dos centros urbanos. Contudo, com o avanço dos estudos sobre as manifestações populares, ao longo do século XX, essa noção acabou insustentável; o termo restritivo “folclore” deu lugar então à categoria “cultura popular”. Tradicionalmente, a cultura popular tem sido definida como o conjunto de valores materiais e simbólicos produzido pelas camadas iletradas da sociedade, enquanto a cultura erudita seria aquela produzida pela elite detentora do saber letrado. Essa divisão não se sustenta empiricamente, como mostra Petrônio Domingues:

Na visão tradicional, cultura popular consiste em todos os valores materiais e simbólicos (música, dança, festas, literatura, arte, moda, culinária,

religião, lendas, superstições etc) produzidos pelos extratos inferiores, pelas camadas iletradas e mais baixas da sociedade, ao passo que cultura erudita (ou de elite) é aquela produzida pelos extratos superiores ou pelas camadas letradas, cultas e dotadas de saber ilustrado. No entanto, esta divisão rigorosa não se confirma empiricamente, pelo menos é o que as pesquisas no terreno da história cultural, antropologia, sociologia e teoria literária vêm demonstrando ultimamente. (Domingues, 2011, pp. 403-404).

Seguindo a mesma linha de interpretação, Roger Chartier (1995) considera irrelevante tentar impor uma separação estanque entre cultura popular e erudita; para ele, o importante era identificar como ocorreram as relações entre as formas dominantes e impostas de cultura e as estratégias de recepção e apropriação desenvolvidas pelos segmentos dominados. A hipótese era de que existia um espaço entre as “injunções constrangedoras” e a recepção “rebelde”, onde se diversificavam os modos de usar objetos, discursos, hábitos, crenças, modelos culturais entre outros, por parte do chamado “popular”.

A emergência da História Nova, com o objetivo de problematizar os acontecimentos por meio das práticas culturais, desloca, na segunda metade do século XX, as abordagens históricas, os problemas históricos, os objetos e as fontes na historiografia. Em termos de cultura popular, passa-se a descrever e analisar a cultura dos denominados vencidos ou de baixo. Nessa vertente, a história oral ganha notoriedade e relevância, no campo da pesquisa, revelando resistência e encontrando outras maneiras de escrever a história daqueles que, anteriormente, estavam silenciados nos arquivos e nas narrativas bibliográficas (Le Goff, 2005).

No texto *A vida dos homens infames*, Michel Foucault (2006a) assinala sua preocupação com a cultura dos que eram narrados como desviantes, nos documentos públicos. Ele estava interessado em fazer do trabalho com documentos uma arma de destruição das supostas evidências criadas pela racionalidade de defesa sociedade, em que os alvos de poder-saber eram corpos denominados vidas infames, pessoas que somente foram notadas e tiveram seus atos inscritos socialmente pela perspectiva de desvalorização de suas práticas sociais.

Foucault (1979) assinala ainda que a genealogia é a insurreição dos saberes que foram su-

jeitados. Ela também é uma anti-ciência e possibilita a desdisciplinarização dos saberes. Com efeito, o trabalho com documentos na genealogia aponta para uma história nova problematizadora das divisões binárias entre cultura erudita e popular. No caso de corpos que foram administrados pelos equipamentos sociais e judiciários, educativos e de saúde, há uma produção de dossiês que desvalorizam as práticas culturais destes segmentos, constituindo-os como vidas infames. Realizar uma escrita histórica pela genealogia implica forjar arquivos que desloquem os saberes e poderes para romper a desqualificação dos modos de ser de certos grupos sociais cujas práticas culturais são desvalorizadas.

Uma crítica à fabricação da dualidade entre cultura popular e cultura erudita

O termo “cultura popular”, segundo os estudos de Roger Chartier (1995), designa uma categoria erudita criada com o objetivo de descrever e circunscrever práticas ou produções culturais situadas fora do âmbito da cultura letrada dominante. Portanto, o termo refere-se ao conjunto de relações estabelecidas entre a própria cultura erudita, simbolizada aqui pela figura do intelectual ocidental.

Chartier apresenta duas maneiras distintas de conceber a cultura popular, as quais dão origem a estratégias de pesquisa e propostas teóricas opostas. A primeira delas ignora qualquer forma de etnocentrismo, considerando a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, completamente independente e irredutível à cultura dominante. A segunda concepção traz a cultura popular intrincada às relações de poder próprias do mundo social, definida exatamente pela distância que adquire da legitimidade cultural da qual é privada. O contraste entre essas duas perspectivas cria movimentos alternativos de descrição e interpretação das culturas populares que atravessam todas as disciplinas nas humanidades.

Classicamente, descreve-se, em meados do século XVII, um momento de corte crucial entre uma suposta idade de ouro da cultura popular, na qual ela teria sido praticada livremente, pulsando viva no meio da sociedade, e a época posterior, em que essa cultura tradicional teria sido reprimida e subjugada pelas disciplinas do Estado e da Igreja. Pelas análises historiográficas de vários autores (Mu-

chembled, Burke, Le Goff, como citado em Chartier, 1995), percebe-se que não existe um momento estanque na História ao qual se atribua esse corte. Pelo contrário, um movimento contínuo e cíclico de renovação indica outros cortes entre esplendor e miséria da cultura popular ocidental, apontando sempre para a tendência de a cultura erudita tentar abafar a cultura popular e esta renascer novamente.

No intuito de problematizar essa questão sobre as relações de poder que atravessam o campo cultural, é interessante observar algumas afirmações de Foucault (1989/1996, pp. 8-9), em sua lição inaugural no *Collège de France*, o qual apresenta sua hipótese acerca da materialidade do discurso. Em suas palavras:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e os perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Um dos princípios de exclusão do discurso descritos nesse texto concerne à interdição da palavra: tabu do objeto, ritual da circunscrição e direito exclusivo do sujeito que fala, aspectos esses que são vistos como as três formas de interdito relacionadas entre si, revelando seu poder principalmente nos campos da sexualidade e da política. Romper os dispositivos da sexualidade e dos rituais de verdade que impedem e silenciam a fala dos loucos, dos que desviam de padrões de gênero e sexuais é uma prática de resistência cultural, na história nova. Assim, é possível fazer a crítica dos processos que interditam a fala a alguns para promover a circulação da multiplicidade de práticas culturais por meio da genealogia como insurreição dos saberes que foram desautorizados pela cultura erudita e pelas ciências.

No que diz respeito à cultura popular, nota-se que, por mais que existam processos de interdição e dominação, é necessário perceber a perspectiva de resistência, uma vez que, de acordo com Chartier (1995), não existe um estado de submissão cultural total, mas um espaço entre aquilo que é imposto e o que é vivido. Por isso, resta vazia a tentativa de dar um suposto desaparecimento da cultura tradicional. Contudo, importa considerar como se relacionam as formas impostas e outras

identidades mais ou menos afirmadas, em cada época, à sua maneira. Como expõe Foucault (1989/1996, pp. 35-36):

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

A partir dessa ideia, pode-se pensar que, na cultura, bem como em outros campos de produção humana, geralmente existirão métodos disciplinares para serem seguidos, no intuito de diferenciar os discursos. Nesse sentido, é importante notar que a cultura popular se situa, por conseguinte, nesse espaço de enfrentamento entre os mecanismos de dominação simbólica, os quais buscam disseminar a cultura popular como inferior e ilegítima, e os modos de apropriação da cultura que é imposta.

Um exemplo desse processo de desqualificação dos modos de vida é o caso dos arquivos administrativos e a maneira como realizam a guarda de registros apenas das chamadas infâmias dos grupos sociais classificados como desviantes da sociedade. Por exemplo, na situação dos arquivos e fontes do Poder Judiciário, há uma série de relatos da produção de casos, por meio de relações de saber-poder, que capturam os corpos pelos desvios sociais a partir de comparação hierárquica das maneiras de viver das classes desfavorecidas com as mais abastadas, reeditando a lógica binária da cultura popular versus cultura erudita, em que esta é posicionada como modelo e norma a ser seguida.

Diferir das normas passa a significar ser alvo de um enquadramento disciplinar na relação norma e lei. Essa ação implica a apropriação cultural da biografia enquanto um dispositivo de vigilância e julgamento, formulado com os mecanismos disciplinares de exames e da criação de casos documentos-dossiês. Tais tecnologias de poder-saber são usadas na seletividade penal, que opera pela política criminal vingativa e racista, nos últimos séculos.

A denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório. É tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro da confissão penitencial que apagavam o mal apagando-se ela própria é, doravante,

substituída por vozes múltiplas que se depositam em uma enorme massa documental e constituem assim, através dos tempos, como a memória incessantemente crescente de todos os males do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confiança apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relações completamente diferentes que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o formular. (Foucault, 2006b, p. 213).

Nesse contexto, é oportuno observar igualmente que as formas tão populares de comunicação de massa modernas não atuam impreterivamente no sentido de aculturar a população, assim como não são difundidas conforme um campo de normalização dominante nas práticas culturais, em termos de processo de valorização social. Por tal razão, é necessário levar-se em conta a possibilidade de apropriação da cultura recebida, o espaço de escolha dos usos e interpretações que lhe são dadas e, também, problematizar as relações de saber e de poder instituídas pelas mesmas (Chartier, 1995).

Um poder da escrita é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa. (...) As outras relações da escrita disciplinar se referem à correlação desses elementos, à acumulação dos documentos, a seriação, à organização de campos comparativos que permitem classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas. (Foucault, 1987/1999, pp. 157-158).

Foucault (1987/1999), ao contemplar os “saberes sujeitados”, ou seja, os saberes não qualificados, vistos como insuficientemente elaborados, aborda a importância de resgatá-los por meio de iniciativas que valorizem o “saber das pessoas”. Nesse sentido, pensar a cultura como esses saberes locais pode potencializar o processo de valorização das produções da população em geral, independentemente da classe social.

Segundo Chartier (1995, p. 186),

“cultura popular” significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto.

Partindo do exposto, torna-se interessante pensar a cultura a partir da relação de saber-poder (Foucault, 1987/1999), uma vez que a sua legitimação depende de aspectos de aceitação social e de qualificação do que é produzido em popular e/ou em erudito. Portanto, problematizar o saber criado pelas manifestações culturais significa, necessariamente, refletir sobre as redes de poder nas quais esse saber se encontra e que o controlam segundo uma lógica de dominação.

Propomos, neste artigo, sair da armadilha binária que opera o sistema de repartição cultura erudita e popular, para pensar genealogicamente a cultura como campo de possibilidades e de experimentação ética, estética e política, através de uma história-problema tal qual formulada na história cultural dos *Annales*, em sua terceira geração, a da História Nova.

O uso da história, da cultura e da análise de documentos como produção da diferença

Para interrogar os saberes e poderes, genealogicamente, é fundamental realizar uma análise e descrição histórica das práticas culturais cristalizadas e naturalizadas, que operam pela organização dos arquivos e pela guarda de documentos-monumentos.

Os monumentos são construções edificadas pela apropriação da cultura e pelo arquivamento da memória, em narrativas que selecionam quais acontecimentos devem ser alvo de cuidado e perpetuação - e quais não. Essa seleção é fruto de um olhar valorativo, que avalia culturalmente as práticas, para torná-las documentos-monumentos ou não.

Por isto, é relevante desnaturalizar pela via da análise histórica e, assim, romper com qualquer forma de hierarquia cultural. Criticar a construção de racismo de Estado e de sociedade, por meio da pesquisa com arquivos em instituições penais e médicas foi uma preocupação de Foucault (1979), de sorte a colocar em xeque os projetos etnocêntricos e xenófobos tão presentes, nas narrativas de documentos que operaram a exaltação da cultura de alguns grupos e banalizaram e calaram o que diferenciava, em termos de valores.

Nesse sentido, a História Cultural, através da História Nova, permitiu a fabricação de uma filosofia da diferença, em que diferir passou a

ser uma possibilidade de existência e não um marcador estigmatizante de condutas. Não estamos aludindo à diferença pela diferença, em uma estética sem ética e sem política. Ao contrário, tratamos de uma política e de uma ética em que a criação de possibilidades pode ser um processo de subjetivação que não representa descarte de subjetividades já existentes. Ou seja, agimos historicamente, sublinhando que toda maneira de viver, de sentir e de pensar foi fabricada e pode ser criticada e modificada, não sendo, portanto, objetos naturais (Veyne, 1998).

Isso não quer dizer que defendemos uma sociedade niilista, em uma vontade de nada, apenas destacamos que tudo tem história e que essa postura nos dá liberdade de agir e pensar, considerando o passado, sem, contudo, erigi-lo como monumento a ser apenas reproduzido e narrado como marcador de superioridade de qualquer grupo e/ou povo frente aos outros.

Friedrich Nietzsche (2003) destaca, em seus estudos, em especial em *Segundas considerações intempestivas*, de que maneira era forjada a história monumental e como ela nos fazia enaltecer o passado enquanto tradição a ser reproduzida e exaltada, impedindo-nos de viver o presente. Já a cultura antiquário seria ligada à idolatria e reverência dos museus e das chamadas obras raras, que resultaria em exaltação de formas culturais eruditas diante de outras, denominadas senso comum ou práticas culturais menores, comparativamente. O autor também ressalta que a história crítica era uma concepção de cultura a ser sempre superada, de modo evolutivo e continuísta, rumo às teleologias progressistas do futuro, que operam o desprezo pelo passado e pelo presente. Ao final do estudo, Nietzsche (2003) defende uma história a favor do tempo e contra o tempo, que nomeia como efetiva, trazendo marcas das anteriores e, ao mesmo tempo, operando fora da memória inchada, do ressentimento xenófobo e do etnocentrismo racista.

Assim, ao pensar a cultura desse modo, nota-se a importância de observar as especificidades das produções em processos singulares e heterogêneos. Não se trata apenas de fazer distinções, mas de pensar sobre as formas de acesso aos espaços e de qualificação da produção, com base nos valores sociais criados a partir do distanciamento entre os grupos. Sig-

nifica, igualmente, pensar e romper com seletividades que fazem alguns valores serem apresentados como mais importantes que outros, implicando decisões sobre as vidas no campo dos racismos, materializados em arquivos históricos e em escrituras.

O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. (Foucault, 1987/1999, p. 157).

Em meio ao debate sobre essas questões que permeiam a temática da cultura, é essencial retomar os aspectos antes mencionados, a fim de problematizar a noção de acesso. Este estudo, ao propor uma análise crítica, buscou refletir sobre os modos de realização e consumo da cultura, uma vez que as conjunturas da contemporaneidade modificam, em certa medida, algumas ideias cristalizadas. Por tal razão, é importante pensar na produção da diferença que possibilita o trânsito e as possibilidades de existências, em um processo de transvalorização cultural. Em genealogia da moral, Nietzsche (2009) analisa a história da cultura e efetua uma defesa ética da estilística da existência, pensando a produção da verdade e da cultura, por meio de uma filosofia genealógica, historiando as emergências e as proveniências dos acontecimentos. Estamos aludindo a uma história política da verdade e da crítica corajosa de uma cultura que padecia pela moral ressentida e vingativa. Assim, sair da noção de valores naturais a serem imitados por tradições e nacionalismos populistas é uma prática histórica, que apresenta a vida ética, estética e politicamente.

Em Paul Veyne, na obra *Como se escreve a história* (1998), podemos visualizar um modo de narrar, analisar e descrever as práticas culturais como efeitos datados, os quais figuram no espaço e no tempo e não são naturais, portanto. O historiador delimita um questionamento aos usos de universais e de conceitos que funcionariam como tipos ideais fora do tempo e de lugar. Ou seja, Veyne critica o princípio do comentário e o dogmatismo repetidor de conceitos, tomados como universais culturais.

Essa ação não impossibilitava o trabalho conceitual do historiador, na análise dos documentos e na escrita histórica, apenas alertava para o fato de que estes não poderiam ser universais e não deveriam funcionar como explicação para tudo, em qualquer tempo. Nesse sentido, Veyne pensou uma história conceitual sem criar uma grade hierárquica das epistemologias e das ciências mais e menos importantes, das disciplinas mais ou menos interessantes etc. Por isto, Foucault (1979) se preocupava em efetuar a genealogia enquanto uma insurreição dos saberes assujeitados e de uma desdisciplinarização dos mesmos.

Inúmeros projetos sociais têm sido desenvolvidos, proporcionando a participação de indivíduos de baixa renda em atividades que, majoritariamente, seriam realizadas por grupos elitistas. No entanto, é importante ter em vista o caráter de tais ações, já que os princípios assistencialistas e de inserção são sinônimos, muitas vezes, de práticas utilitaristas. Nesse contexto, interrogar o acesso às diferentes culturas também traz reflexões sobre as políticas de inserção e assistência que visam forjar a integração social, por meio da construção de consensos e políticas compensatórias. Ora, a cultura erudita tem sido ofertada por programas sociais como maneira de adestrar a pobreza e os grupos classificados como desviantes sociais, reiterando a hierarquia de valores, simultaneamente ao uso de um aparato artístico como mediador de um processo de integração social acrítico.

Porém, há situações em que elementos da chamada cultura popular são igualmente instrumentalizados para forjar consensos em políticas sociais para grupos classificados como em risco ou em situação de vulnerabilidade, por especialistas das normas sociais. Podemos vislumbrar essa prática em projetos e oficinas com *hip hop*, com rodas da capoeira, com confecção de pipas, com danças como o *funk*, entre outros, que objetivam gerir a vida e disciplinar as condutas através da cultura dita de massa.

Nos dois casos, mantém-se a lógica dual e a hierarquia social racista. Trata-se de uma prática disciplinar divisória a qual segmenta a cultura, exalta alguns valores e desqualifica e enaltece outros. Opor erudição a popular é uma visão maniqueísta, que não nos auxilia a questionar historicamente nossas produções valorativas, pois cria tribos e grupos suposta-

mente unitários, que fortalecem discriminações e preconceitos. Assim, não defendemos a cultura erudita nem a popular, pois ambas só funcionam na dualidade causal determinista e hierarquizante da vida.

O objetivo em pauta, neste texto, é operar a transformação social e a ruptura dos modos de ser pautados em valores estabelecidos como normais e que sustentam a difusão de modelos a serem imitados por aqueles que são tachados de párias e refugos da sociedade, em uma política de segurança cada vez mais erigida como capital social. Neste ponto, documentos são usados para fazer das práticas culturais um capital, em termos da apropriação de danças, músicas, esculturas, pinturas, ritmos, hábitos diversos, dialetos, maneiras de se alimentar, poesias, vestimentas e construções em um dispositivo de reconhecimento de identidades culturais.

Considerações que não são finais, em um desfecho provisório

O artigo apresentado teve o objetivo de realizar algumas considerações breves a respeito da História Cultural, em especial, da História Nova, para colocar em questão a repartição cultura erudita e cultura popular, problematizando essa divisão em suas condições de possibilidade de invenção e em seus efeitos racistas, na criação de casos-documentos-monumentos a serem geridos em políticas sociais, culturais e econômicas, na atualidade.

Também visamos propor resistências, por uma crítica a esse sistema de repartição e aos seus modos de operar na história tradicional, sobretudo, em termos de populismos, de nacionalismos totalitários e em processos de discriminação, materializados em arquivos, em escritas históricas factuais e em formulações de documentos pelo esquadro desviante das infâmias diante das normas sociais, naturalizadas como modelos cristalizados.

Dessa maneira, o artigo trouxe em cena a escrita pela filosofia da diferença em uma dimensão perspectiva, deslocando documentos, a cultura e a história em suas abordagens, em seus objetos, em seus temas e em suas problemáticas, para abrir a coragem de agir no tempo e contra o tempo.

Referências

- Burke, Peter (1992/1997). *A Escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP.
- Canedo, Daniele (2008). *Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. (2008, 190f)*. Dissertação de Mestrado inédita, Universidade Federal da Bahia.
- Chartier, Roger (1995). "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, 8(16), 179-192.
- Chauí, Marilena (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, 9(23), 71-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>
- Chuche, Denys (2002). *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. (Tradução de Viviane Ribeiro, 2a. ed.) Bauru: EDUSC.
- Domingues, Petrônio (2011). Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História*, 30(2), 401-419. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200019>
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel (1989/1996). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, Michel (1987/1999). *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões* (19a. ed.) Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel (2006a). A vida dos homens infames. In Manoel Barros da Motta (Org.), *Estratégia, poder-saber* (Coleção Ditos & Escritos, Volume IV, 2a. ed., pp. 201-222) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel (2006b). Poder e saber. In: Manoel Barros da Motta (Org.), *Estratégia, poder-saber* (Coleção Ditos & Escritos Volume IV, 2a. ed., pp. 223-240) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gomes, Ângela de Castro (Org.) (1996). *A cultura histórica do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Guattari, Félix & Rolnik, Suely (Org.) (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Le Goff, Jacques (2005). A História Nova. In: Jacques Le Goff (Org.), *A História Nova* (pp. 32-84). São Paulo: Martins Fontes.
- Nietzsche, Friedrich (2003). *Segundas considerações intempestivas: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã.
- Nietzsche, Friedrich (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica* (Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras.
- Pandolfi, Dulce (Org.) (1999). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Veyne, Paul (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: UNB.



DAIANE GASPARETO DA SILVA

Mestranda de Psicologia/UFPa.

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS

Professora de Psicologia Social/UFPa.

ELINE FREIRE MONTEIRO

Psicóloga/Secretaria de Saúde - Belém

DIRECCIÓN DE CONTACTO

dai_gasp@hotmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Silva, Daiane Gaspareto da; Lemos, Flávia Cristina Silveira e Monteiro, Eline Freire (2014). Reflexões a respeito da história cultural e a análise de documentos. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 73-82.
<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1202>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 23/03/2014
Primera revisión: 05/10/2014
Aceptado: 19/10/2014